

# “A eletricidade de origem renovável é o maior seguro contra a alta dos preços da eletricidade na Europa”

20 de Outubro, 2021

“O preço da eletricidade vai baixar em 2022”. A constatação foi dada esta quarta-feira, dia 20 de outubro, por **João Pedro Matos Fernandes**, ministro do Ambiente e da Ação Climática, enquanto *keynote speaker* do primeiro dia da 4.ª edição do Portugal Moby Summit.

“Percebo a estranheza porque, nas últimas semanas, fomos bombardeados com notícias sobre a escalada de preços da eletricidade nos mercados grossistas europeus. Todos os dias, os jornais davam conta de mais um recorde”, refere o ministro, reconhecendo, da mesma forma, que foram “muitos os portugueses” que acreditaram no “aumento” da fatura da eletricidade: “Nada de mais errado”. Em bom rigor, “a variação analisada da eletricidade em Portugal 2021 não ultrapassou os 1,6%”, assegura.

Segundo o ministro do Ambiente, a trajetória descendente dos preços de eletricidade no país é resultado das medidas dos atuais Governos: “Entre 2012 e 2015, quando os Governos eram outros, as tarifas de eletricidade aumentaram”. Já para janeiro (2021), segundo os dados da ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos), citados pelo ministro, os consumidores do mercado regulado terão uma “significativa descida de 3,4% no preço”. A questão é “como é que conseguimos baixar o preço da eletricidade quando o resto da Europa sucumbe a esta escalada de preços?”. Matos Fernandes é claro: “A maioria da produção elétrica nacional é renovável”. E a “grande surpresa”, tal como indica o chefe da pasta do Ambiente, é precisamente que “a eletricidade de origem renovável, durante tantos anos mal tratada pelos detratores das opções que tomamos no início deste século, é hoje o maior seguro contra a alta dos preços da eletricidade na Europa”. Assim, pelo facto de Portugal ter “muita eletricidade produzida a partir da água e do vento e, cada vez mais, (“ainda que seja pouca”), do sol, é possível baixar o seu preço no próximo ano”, sucinta.

Sendo o Portugal Moby Summit um evento dedicado à mobilidade, João Pedro Matos Fernandes afirma que falar da eletricidade nunca fez tão sentido: “O futuro da mobilidade é elétrico”. E a prova disso é que os consumidores estão cada vez mais conscientes das virtudes da mobilidade elétrica: “As vendas de veículos parcial ou totalmente movidos a eletricidade aumentaram 63% até agosto, em comparação com o ano anterior”. A isto acresce que, durante este ano, foram realizados “mais de um milhão de carregamentos de veículos elétricos”, que redundaram num “consumo de mais de 13 mil MGW de eletricidade” nos mais de “dois mil pontos de carregamento públicos” existentes em Portugal. Para Matos Fernandes, esta mudança de paradigma é, essencialmente, fruto de uma “decisão racional” dos consumidores: “Comprar um carro elétrico pode ser mais caro do que um carro convencional, mas compensa, pois a fonte de energia é mais barata, mais limpa e a manutenção é ainda mais

barata”.

Sustentável, autónomo e partilhado será assim o futuro da mobilidade, em que, de acordo com o líder da pasta do Ambiente, os utilizadores terão um “maior poder” na questão da própria mobilidade, fruto de uma crescente digitalização: “O Governo encontra-se a atualizar a base legislativa necessária para fomentar a mobilidade elétrica, contando, para tal, com os diversos *stakeholders* de mercado que, aos dias de hoje, se deparam com barreiras e desafios à sua concretização, bem como à introdução de soluções inovadoras e novos modelos negócio”. Mas, a alteração de paradigma não se esgota com a inovação tecnologia: “Uma aposta continuada no transporte público que altere os padrões de mobilidade dos portugueses e inverta as tendências de anos recentes é uma das medidas mais importantes de descarbonização e eficiência energética a prosseguir”, declara.

A criação do PART, em 2019, foi também um dos projetos que João Pedro Matos Fernandes não quis deixar de partilhar, lembrando que o programa foi um contributo efetivo para a promoção de utilização do transporte coletivo: “Os passes nas Áreas Metropolitanas baixaram para 40 euros, tornando o transporte coletivo uma opção à melhor de mobilidade urbana”. Mas, se os preços dos transportes coletivos baixaram, o ministro parece não ter dúvidas de que, no período até 2030, a aposta na “mobilidade elétrica e nos biocombustíveis avançados” devem constituir a opção de descarbonização mais eficaz em termos de custo: “Estão a surgir outras alternativas, como os veículos movidos a hidrogénio verde, quando a eletrificação não for racionalmente económica”, destaca.

Sendo que o setor da mobilidade e dos transportes será aquele que mais transformação vai necessitar, nomeadamente o investimento associado à substituição de veículos de passageiros e de mercadorias, o ministro do Ambiente também não tem dúvidas da importância de se criar as melhores condições para a “concretização e a proliferação” da mobilidade elétrica em Portugal. Para tal, o governante atenta na importância de uma “base legislativa” que permita fazer tal intento, com a “identificação do enquadramento regulamentar, regulatório e técnico claro e objetivo nos requisitos”, enquanto “confere a liberdade e criatividade na integração de soluções inovadoras e novas tecnologias” com potencial para “criar modelos de negócios e fomentar o surgimento de novos mercados”.

A fusão entre a eletricidade e uma mobilidade mais coletiva e elétrica é o caminho que Matos Fernandes defende: “Não há volta a dar. A mobilidade é mesmo um setor onde as emissões têm que reduzir muito”. E, apesar da redução das emissões estar ligada à componente tecnológica, o ministro do Ambiente alerta para a importância da mudança de hábitos: “Só vamos cumprir os objetivos na mobilidade e com eles ajudar a cumprir os objetivos da neutralidade carbónica com um esforço muito grande: um esforço do Governo, das empresas, das famílias e dos cidadãos”, remata.